



FRAUDE FISCAL QUALIFICADA

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra oito arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de fraude fiscal qualificada.

Da acusação resulta que um grupo de indivíduos, através de sociedades comerciais por si criadas, se dedicava à utilização de faturas sem qualquer suporte em serviços prestados, designadamente de pinhas, pinhões, madeira e cortiça, de modo evitarem o pagamento dos impostos devidos a título de IVA e de IRC, assim se locupletando de verbas a que não tinham direito.

Com tal atuação causaram os mesmos um prejuízo calculado em €1.353.014, tendo sido deduzido pedido de indemnização cível no mesmo montante.

Os arguidos encontram-se sujeitos a Termo de Identidade e Residência.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Guarda Nacional republicana / UAF de Coimbra e DSIFAE.

NUIPC 684/17.0TELSB

Data da acusação: 12-07-2021